Conceitos de resultado: lucro ou prejuízo - a divulgação adequada para o controle e avaliação de estratégias

Silvio Aparecido Crepaldi (Mestre)

Faculdade de Administração - Unifenas

Guilherme Simões Crepaldi (Especialista)

Crepaldi Advocacia e Consultoria Associada - Uberlândia

Resumo

Trata-se de um estudo que objetiva caracterizar o conceito de resultado: lucro ou prejuízo - mais apropriado para o controle e avaliação de estratégias. Enfocam-se as diversas abordagens referentes à determinação do lucro, sendo: a) valores de saída - fluxo de caixa descontado e valor líquido de realização; b) valores de entrada – custo corrente de reposição e custo histórico corrigido. Para a contabilidade atingir seus objetivos, no que se refere à mensuração do resultado, torna-se imperativo atender aos diferentes interesses dos usuários dos demonstrativos financeiros. Analisa-se o resultado, a partir do nível estrutural baseado nas transações e nas operações; a nível interpretativo, são baseados na manutenção do capital e na eficiência; e a nível comportamental, baseados na previsão e na tomada de decisões. Em assim fazendo, a contabilidade cumprirá o seu papel fundamental e insubstituível de informar correta e suficientemente aos investidores, credores e, principalmente, aos acionistas minoritários, normalmente os mais prejudicados na cadeia, possibilitando o controle e avaliação de estratégias.

Palavras-chave: controle, estratégias, contabilidade, finanças.

Abstract

It is a study that aims to characterize the result concept: profit or damage - more appropriate for the control and evaluation of strategies. Focusing several approaches to the determination of the profit, being: a) exit values - discounted cash flow and liquid value of accomplishment; b) entrance values - I cost replacement current and corrected historical cost. For the accounting to reach your objectives, in what refers to the measurement of the result, it becomes imperative to assist the users different interests of the financial demonstrative. The result is analyzed, starting from the structural level based on the transactions and in the operations; at interpretative level, they are based on the maintenance of the capital and in the efficiency; and to behavior level, based on the forecast and in the decisions taking. In doing, this the accounting will accomplish its fundamental and irreplaceable role of informing correct and sufficiently to the investors, creditors and, mainly, to the minority shareholders, usually suffer the most damage in the chain, making possible the control and evaluation of strategies.

Key words: control, strategies, accounting, finances.

Introdução

A exposição de um conceito apropriado de resultado guarda estreita correlação com os objetivos pretendidos pelos diversos usuários das demonstrações financeiras. A diversificação dos usuários faz com que se tenha informação totalmente diferenciada para cada um deles (indivíduos ou grupo) dentro de seus interesses e da sua natureza. Na evolução dos objetivos da Contabilidade, a partir da ótica do usuário interno e externo, vem ganhando maior relevância a qualidade de informação, preferencialmente a quantidade de dados.

O conceito de lucro mais apropriado para a divulgação financeira das atividades de uma empresa é determinado, em grande parte, pelos objetivos dos destinatários visados, dos dados contábeis sintetizados e pelo conteúdo interpretativo do valor informado. Um conceito útil para um grupo de indivíduos ou para uma finalidade pode não ser a opção mais apropriada para outro grupo ou outra finalidade. As principais questões concernentes à escolha de um conceito apropriado de lucro são:

- Quais são os principais objetivos da divulgação financeira?
- Quais são os elementos básicos de cada um dos vários conceitos de lucro, e quão bem atendem esses objetivos?
- Que espécies de mudanças devem ser incluídas no cálculo do lucro líquido ou dele excluídas?
- Quais são os principais beneficiários do lucro?
 Essa última questão, evidentemente, está relacionada aos objetivos da divulgação do lucro.

Um objetivo comum de divulgação financeira era o de que deveria resultar de regras e procedimentos lógicos e coerentes. Supunha-se que, se os usuários das demonstrações financeiras compreendessem essas regras, seriam capazes de interpretar o significado do lucro. Como o lucro contábil baseava-se, como ainda ocorre em muitos sentidos, em conceitos tais como os de realização de receitas e vinculação de despesas a receitas, era geralmente presumido que as principais atividades da empresa poderiam ser medidas e informadas tão bem quanto a atividade agregada da empresa.

Um objetivo necessário de um conceito de lucro, a longo prazo, é o de que deve estar relacionado a observações concretas. Dois conceitos interpretativos básicos são: - conceito de preservação de riqueza: Para muitas pessoas, é o fundamental, porque é apoiado pela teoria econômica. Variações do valor descontado de entradas de caixa esperadas formam a base desse conceito; entretanto, preços correntes de mercado e alternativas semelhantes são freqüentemente justificadas com base no fato de que são sucedâneos razoáveis e aceitáveis do valor corrente.

- conceito de eficiência: O lucro líquido e seus componentes são freqüentemente utilizados como medidas da eficiência da administração. A eficiência possui significado interpretativo no sentido econômico de utilização ótima de recursos limitados.

Como terceiro objetivo fundamental, o lucro deve ser avaliado com base em dimensões comportamentais. Uma característica comportamental é a capacidade de predição. Os lucros líquidos de vários períodos podem ser úteis para a elaboração de predições a respeito das operações futuras da empresa, caso haja o cuidado necessário para incluir outros fatores relevantes. Os investidores podem estar interessados em predizer os lucros e os dividendos futuros, bem como os preços das ações. Outros grupos podem desejar fazer predições quanto à solvência ou outras características relevantes a decisões sobre relações com a empresa. Uma característica semelhante é a suposição de que o lucro deve estar intimamente associado a fluxos de

caixa ou fundos. A atividade, em termos de fluxos de caixa, é considerada mais relevante para a tomada de decisões de investimento do que as tentativas de medir variações de valor diretamente. Outras características comportamentais incluem a tomada de decisões gerenciais, a relação entre variações do lucro e preços de mercado e a demanda por dados de lucro por investidores, independentemente da ausência de conteúdo interpretativo.

Um argumento final é o de que todos os conceitos de lucro são teóricos e praticamente deficientes no que diz respeito à apresentação de informação relevante para investidores e outros indivíduos. Ou seja, ou carecem da interpretação concreta necessária ou não são relevantes porque lhes faltam as características comportamentais exigidas. São propostos sistemas alternativos de informação que permitam aos leitores de demonstrativos selecionar os dados relevantes e fazer suas próprias predições a respeito do valor da empresa e outras avaliações necessárias para a tomada de decisões.

O que deve ser incluído no cálculo do lucro líquido está condicionado a definição de qual dos diversos objetivos é considerado ser o mais relevante. O lucro baseado na idéia de preservação do capital requer a inclusão de toda as variações ocorridas no exercício. Um relatório voltado para a função de custódia

de recursos deve enfatizar as variações controláveis pelos administradores. Para fins de predição, as mudanças regulares e as mudanças com características comportamentais especiais devem ser divulgadas, juntamente com as próprias características. A separação de itens extraordinários e a exclusão de certas correções referentes a dados de exercícios anteriores, recomendados no APB 30 – Accounting Principles Board, representam passos nessa direção, mas são inadequadas no que se refere à realização desse objetivo. A administração se interessa principalmente por aquelas mudanças operacionais que são variáveis ou controláveis e, assim, relevantes para fins de planejamento e tomada de decisões. Em vista dessas diversas utilidades do lucro divulgado, bem como de seus componentes e dos tipos distintos de informação necessários para cada utilização, tem sido sugerido que o lucro seja divulgado de acordo com vários conceitos. Um único conceito de lucro pode cumprir diversas finalidades pelo menos em parte, mas não será capaz de atender igualmente bem a todos os objetivos.

De um ponto de vista social e econômico amplo, todo lucro gerado pela empresa deve ser divulgado como lucro. Entretanto, a repartição deste lucro entre os beneficiários também deve ser divulgada, juntamente com seu valor total. Informações mais completas talvez possam ser apresentadas caso o lucro

líquido residual esteja restrito a alguns poucos investidores. Seja qual for o caso, a divulgação do lucro líquido deve informar a quem ele pertence. Se for utilizada uma classificação ampla, tal como lucro líquido da empresa, a repartição deste lucro também deverá ser publicada. Além disso, quando houver possibilidade de diluição do lucro por ação por causa da presença de títulos conversíveis, *warrants* ou doações, o efeito provável de tal diluição também deve ser divulgado.

A prática contábil convencional tem apresentado a tendência de enfatizar um único dado de lucro líquido dos acionistas ou da entidade. Contudo, o cálculo desse lucro líquido tem-se baseado em uma abordagem eclética. Uma das principais dificuldades com discussões a respeito de procedimentos contábeis alternativos é a de que os autores normalmente não indicam os conceitos básicos de lucro que têm em mente; portanto, muitos argumentos são infrutíferos, pois os contra-argumentos se apóiam em premissas distintas, sem uma indicação clara de tais premissas e tampouco uma discussão clara dos conceitos básicos nos quais se apóiam os argumentos.

Os valores de lucro/prejuízo devem ser calculados de acordo com os objetivos específicos. Abordar-se-á sua quantificação visando a avaliar o retorno de investimentos realizados por acionistas controladores e a gestão de recursos atribuídos a administradores para

propiciar subsídios para análises de decisões internas, não se relacionando com conceitos fiscais.

Com esta realidade surge uma lacuna na bibliografia sobre os conceitos de resultado, que continua baseada na tradicional metodologia contábil. Assim, a carência de bibliografias voltadas ao assunto que incluam o estudo de conceitos de lucros e prejuízos para o sistema de decisão empresarial, motiva o estudo de novas metodologias visando sanar essas deficiências.

Em consequência do cenário exposto, a problemática pode ser sintetizada na seguinte questão: Os sistemas de contabilidade tradicionais estão devidamente estruturados para fornecer informações para a gestão e para os acionistas?

A observação dos aspectos metodológicos procura indicar os meios a serem utilizados para atingir os objetivos estabelecidos. As informações referentes ao tema conceitos de resultado foram obtidas mediante pesquisa bibliográfica. Do mesmo modo foram obtidas as informações sobre a conceituação geral de resultados contábeis e sua operacionalização.

O conceito proposto destina-se a analisar o resultado: lucro ou prejuízo – a divulgação adequada para a gestão e acionistas. Todavia, pode-se realizar e identificar as operações mais complexas e de maior incerteza e que justifiquem maior detalhamento dos conceitos de resultado, para a sua adequada aplicação.

2 Conceituação do lucro

A definição de conceitos fundamentais como as de Lucro, Capital e Avaliação Empresarial tem que ser discutida de forma conjunta. Um referencial para definição desses elementos está no conceito de Lucro desenvolvido pelo economista inglês (Hicks, 1939): lucro é a quantia máxima que a empresa pode distribuir em um período, estando, ao final deste, tão bem quanto em seu início.

A determinação do Lucro é efetuada através da comparação entre os Patrimônios Líquidos iniciais e finais excluindo os aumentos de capitais e os pagamentos de dividendos (qualquer outra variação do Patrimônio Líquido não vinculada à atividade deve ser analisada de forma individual). O lucro é assim considerado um resíduo, obtido após a manutenção do capital, isto é, a quantia que pode ser retirada da empresa sem reduzir o patrimônio líquido em relação ao início do período. De forma sintética, lucro é a diferença entre o capital aplicado e o retornado.

3 Aspectos referentes à determinação do lucro

Moeda - A comparação entre os dois Patrimônios Líquidos tem que ser efetuada com base em uma unidade monetária de capacidade equivalente e preferencialmente na moeda da data do cálculo.

Enfoque - O Patrimônio Líquido deve ser enfocado através do conceito de ativo Líquido correspondente à diferença entre a avaliação do Ativo e do Passivo.

Conteúdo - Os valores do ativo e do Passivo devem ser obtidos através de práticas contábeis corretas e da adequada aplicação dos Princípios Contábeis. Devem estar incluídos nas contas todos os fatos econômicos relativos à empresa devidamente classificada. De forma ideal os valores devem ser auditados.

Periodicidade - O momento da realização do cálculo deve ser adequado à empresa considerando seu ciclo de atividade. Não é obrigatório que o período base seja anual. A periodicidade deve visar contribuir para que a empresa maximize o lucro a longo prazo.

4 Abordagem para a apuração do Lucro

Para realizar este cálculo é fundamental analisar os conceitos de Ativos e Passivos a serem empregados.

Esta definição deve considerar a divisão dos Ativos e Passivos em Monetários e Não Monetários. Os itens monetários devem estar no Valor Atual da data. Os Passivos Não Monetários de forma geral devem estar avaliados com base no custo corrente dos insumos para o atendimento do objeto do adiantamento.

Os Ativos Não Monetários devem ser analisados de forma individualizada e específica. De forma básica, quatro métodos são passíveis de aplicação. As duas primeiras se enquadram na abordagem de valores de Saída e as demais correspondem a Valores de Entrada. As diversas conceituações podem ser utilizadas de forma combinada para tipos diferentes de Ativos, considerando os objetivos da determinação do lucro.

O objetivo é que a avaliação represente a melhor quantificação possível de potenciais dos benefícios futuros de caixa que o Ativo pode gerar para a empresa.

4.1 Valores de saída

4.1.1 Fluxo futuro de caixa descontado

Este método corresponderia à avaliação econômica da empresa, em que os ativos são avaliados de forma conjunta considerando o agregado dos potenciais de fluxos de caixa futuros decorrentes de sua utilização. O valor é obtido através do montante dos preços futuros de mercado dos fluxos de serviços a serem obtidos descontados pela probabilidade de ocorrência e pelo fator juros, a seus valores atuais.

A empresa é vista em conjunto como um negócio.

Se, por algum motivo um determinado Ativo não tiver sido incluído no cálculo anterior, deve ser adicionado considerando o seu valor líquido de realização. A grande vantagem deste conceito é abranger, de forma implícita, os Ativos Intangíveis.

A aplicação deste método é difícil, em virtude da subjetividade da taxa de juros e também da análise do risco de receber os valores previstos.

Este método pode ser complementado ou, em algumas hipóteses, substituído, por uma avaliação relativa ao preço de Mercado da empresa. Nesta alternativa pode-se considerar a proposta de um parcial comprador ou a aplicação de um critério técnico de determinação de valor.

4.2 Valor líquido de realização

Neste método, os ativos são avaliados individualmente aos preços correntes de venda na data, considerando um mercado organizado em uma liquidação ordenada e admitindo a capacidade de liquidez. O valor a ser obtido no mercado é deduzido dos custos e despesas adicionais de venda. Este conceito possui uma limitação, pois determinados ativos não devem ser incluídos porque somente têm valor para a empresa. Neste caso deve ser aplicado o custo corrente de reposição para tais ativos.

4.3 Conclusões sobre o valor de saída

Os montantes obtidos nos dois métodos devem ser comparados. Se o Valor Líquido de Realização for superior aos Fluxos Futuros de Caixa é indicado, pois é mais vantajoso financeiramente liquidar a empresa. Nesta hipótese os Passivos devem incluir os gastos decorrentes de efetuar a liquidação da empresa. As formas baseadas nos valores de saída, além da subjetividade, têm a limitação de retratar um momento específico, sendo influenciados pelos efeitos conjunturais. Em curto prazo os cenários diferenciados podem alterar a avaliação (por exemplo, na situação atual brasileira os valores médios de realização tendem a estar reduzidos).

5 Valores de entrada

5.1 Custo corrente de reposição

Neste método, os Ativos são avaliados pelo seu valor de mercado de entrada que corresponde ao seu valor corrente de reposição na data.

5.2 Custo histórico corrigido

Neste método, a atualização do Custo de aquisição é feita por um indicador que reflete a variação do poder aquisitivo médio da moeda.

6 Conceitos de manutenção do capital

O valor apurado do ativo Líquido (Capital) na data atual deve ser comparado com o respectivo valor inicial para verificar a manutenção do capital e determinar a parcela excedente (Resultado). De forma conceitual existem duas correntes em relação ao conceito de Manutenção do Capital, ou seja, Capital Monetário ou Financeiro e de Capital Físico ou Operacional.

6.1 Manutenção do capital monetário ou financeiro

Este conceito considera o total do valor financeiro investido (ou entregue ao gestor) sem levar em conta a forma e a qualidade dos ativos utilizados pela empresa. Este raciocínio é consistente ao objetivo básico do investidor que deseja preservar e incrementar o valor monetário de seu capital independentemente dos ativos aplicados. A contabilidade tem adotado este conceito.

6.2 Manutenção do capital fisco ou operacional

Neste conceito, admite-se que o patrimônio da empresa é quantificado em termos de uma capacidade de operação, medida através do conjunto de bens, mensurados à data da avaliação. O Lucro ocorrerá quando o Patrimônio Líquido final for superior ao valor dos ativos integrantes da capacidade física inicial. Este conceito procura ser coerente com o raciocínio de que a empresa permanece em atividade, devendo para tanto, efetuar a reposição dos seus ativos.

Analisando-se do ponto de vista do investidor, este poderá ter a intenção de manter o poder de compra considerando outros ativos não vinculados à atividade da empresa, desde que equivalentes ao valor inicial. O lucro será a parcela excedente à manutenção do ativo considerado.

7 Determinação prática do capital inicial

Um aspecto fundamental para a adequação do cálculo consiste na determinação precisa deste item. A aplicação deste conceito deve considerar a intenção dos acionistas, a forma de capitalização (bens ou dinheiro) e o grau de controlabilidade das decisões por parte dos gestores.

A intenção do acionista refere-se ao seu objetivo de como pretende ter mantido o seu capital. Se este pretende manter o valor, por exemplo, em dólares, o conceito de capital deverá considerar tal fato. Se o acionista visa manter o poder de adquirir determinados bens vinculados à atividade da empresa, este fator deve se constituir na base de avaliação do capital. Em relação ao gestor, deve ser considerada a forma de capitalização, seu grau de utilização e a sua liberdade de gestão.

Por exemplo, se a empresa é iniciada com um investimento monetário e o gestor decide pela aplicação dos Recursos, o mais justo deve ser considerar a manutenção do Capital Monetário. Se, entretanto o capital é constituído por ativos, cujo poder de compra deve ser mantido, é fundamental aplicar-se o conceito de Capital Físico.

8 Natureza do resultado

A correlação entre capital e resultado é tal que, ao se aceitar as definições de Most, (1982) resultado é um fluxo da riqueza; capital é um estoque de riqueza; e de Hendriksen (1974, p. 144), O capital é a materialização de serviços futuros, e a renda é o desfrute destes serviços durante um determinado espaço de tempo; tem-se que resultado é capital em alguma época. A variável tempo é que influi na diferenciação.

Abstraindo-se as conceituações econômica e teórica, tem-se uma segunda dificuldade que é o uso semântico dos dois termos. As diferenças semânticas têm

implicações práticas. O conceito de resultado difere para cada classe de usuário dos demonstrativos contábeis e o capital é entendido diferentemente a cada ponto de vista.

Os diferentes conceitos de capital influenciam a mensuração do resultado, vem que é base para outro. Isto é, a partir dos divergentes conceitos de capital concluir-se-á por resultados desiguais. Uma segunda dificuldade surge a partir da definição de mensuração do capital. Mesmo que se escolha uma determinada definição de capital há que se considerar o problema da variação dos preços no método de avaliação do patrimônio (patrimônio entendido como capital).

Em conseqüência, determinado o capital (através da seleção de um conceito e eleição de um método de avaliação), defronta-se o contador com mais uma dificuldade decorrente da própria conceituação de resultado: Para quem é melhor a representação do resultado que advém dessa escolha? Então, a exposição da natureza do resultado busca conciliar essas dificuldades através de três níveis de enfoques: estrutural, interpretativo e comportamental.

O primeiro busca a solução no aspecto meramente mensurativo, por entender que a função central da contabilidade é a medição do lucro. No segundo caso, há uma ênfase econômica, partindo-se do pressuposto que a função contábil é a evidenciação de que o

fluxo de lucros, a partir da manutenção do capital tende a ser constante. Por fim, o terceiro enfoque ressalta o aspecto administrativo. A separação da gerência e da propriedade fez surgir a necessidade da contabilidade informar sobre o uso apropriado do capital por parte da diretoria.

A inter-relação da natureza do resultado com os objetivos da demonstração de resultado torna difícil a separação de assuntos. Contudo, a seguir são feitas considerações sobre a informação-objeto do resultado, a partir da conceituação de capital e, após a dissertação das delimitações do processo de mensuração, serão destacados os usuários de cada informação.

9 Conceito a nível estrutural

9.1 Baseados nas transações

Este enfoque trata a medição do resultado de uma forma convencional, incluindo a contabilização das variações nas avaliações dos ativos e passivos somente quando estas são resultado de transações, tanto internas como externas. Por transações externas entende-se as relações com terceiros e a transferência de ativos e passivos da empresa e para a empresa. Por transações internas, entende-se aquelas que surgem na utilização ou conversão de ativos dentro da própria

empresa, excluindo-se aquelas oriundas das mudanças nas avaliações de mercado ou em mudanças apenas nas expectativas. A utilização deste enfoque implica a aplicação de um método de inventário anual.

As principais vantagens da utilização do método das transações são:

- Os componentes do resultado líquido podem ser classificados de várias maneiras para que a direção da empresa obtenha uma informação que lhe seja útil.
- Os resultados podem ser apresentados separadamente, de acordo com as fontes que os originam.
- Permite o inventário para se determinar e classificar os ativos e passivos existentes no final do período.
- Permite um inter-relacionamento entre os demonstrativos financeiros facilitando desta maneira compreensão dos fatos registrados.
- A eficiência mercantil exige a contabilização das transações externas por outras razões.

O procedimento geral é o de se registrar as receitas e despesas na medida em que elas surgem de transações externas. Porém, ao fazê-lo, defronta-se com problemas tais como tempo e valorização, sendo o problema principal a confrontação da receita e despesa correspondente de um exercício específico.

9.2 Baseados nas operações

Este enfoque difere-se do anterior na medida em que se concentra nas descrições das atividades da empresa e não nas transações. Isto é, supõe-se que o resultado surge quando ocorrem certas atividades ou acontecimentos ao invés de transações específicas. Uma das vantagens deste método é que permite a medição de vários conceitos distintos de resultado que podem ser utilizados de várias maneiras.

A eficiência da administração da empresa pode ser mais bem avaliada se os componentes do resultado são classificados de acordo com os tipos de operações ou atividades que são ou não controláveis pela administração em maior ou menor grau. Além disso, a classificação dos componentes do resultado por tipo de operações permite melhores previsões devido aos tipos de comportamento das atividades.

10 Conceitos a nível interpretativo

10.1 Baseados na manutenção de capital

Resultado pode ter várias formas. Por exemplo, Bedford (*apud* McCullers, 1952, p. 59) notou que três conceitos de resultado são usualmente discutidos na literatura.

- 1. "Resultado psicológico, o qual refere-se à satisfação da vontade humana;
- 2. Resultado real, o qual refere-se ao aumento da riqueza econômica;
- 3. Resultado monetário, o qual refere-se aos aumentos na avaliação de recursos."

Entre os economistas, (Smith, 1983) foi o primeiro a definir resultado como sendo a quantidade que se pode consumir sem reduzir-se o capital, tanto no fixo como o circulante (*apud* Hendriksen, 1982, p. 143). Entretanto, a definição do conceito de resultado foi melhorada pelo também economista (Hicks, 1939) que declarou:

O objetivo do cálculo do resultado, na prática dos negócios é dar as pessoas uma indicação do valor que eles podem consumir sem empobrecer a si mesmos. Segundo esta idéia, poderia parecer que definir-se-ia resultado como sendo o valor máximo que esta pessoa poderia consumir e, ainda, estar tão bem no fim da semana como estava no campo. (apud McCullers, 1982, p. 59)

A definição enfatiza o resultado individual. Entretanto, pode-se expandir o conceito para se definir resultado comercial mudando-se o termo consumir para distribuir. Assim fazendo, uma entidade econômica deveria medir seus ativos líquidos no início e no fim de um mesmo período, excluindo as transações de capital e dividendos. Resultado seria, então, a variação nos valores ativos líquidos no período de medição. Este método de determinação do resultado é denominado manutenção de capital. A utilização deste método pode parecer uma simples medida de mudança no patrimônio líquido. Entretanto, esta medida é muito mais complexa do que normalmente enfatizada por alguns contadores.

É importante salientar que os ativos estão registrados na Contabilidade por um custo histórico e que a moeda não tem um valor constante no tempo, ou seja, que existe uma flutuação. Vem sendo discutida pelos contadores e pode-se sentir hoje uma preocupação quase universal com os efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda sobre os demonstrativos financeiros. O problema tem sido objeto de vários autores que têm desenvolvido diversos métodos do reconhecimento contábil da inflação. Hendriksen sumariou alguns dos métodos existentes no quadro número 1.

10.2 Baseados na eficiência

Uma administração eficiente das atividades de uma empresa afeta tanto o fluxo de dividendos presentes como uso do capital investido para fornecer um

QUADRO 1 - MÉTODO DE RECONHECIMENTO CONTÁBIL DA INFLAÇÃO

Conceito	Características	Tipo de resultado incluído
Capitalização da empresa	Subjetiva, depende das expectativas de fluxos efetivos futuros.	Interesse subjetivo no valor capitalizado; ganhos e perdas imprevistas; mudanças nas expectativas internas ou externas.
Valor de mercado da participação total	Fundamentada nas expectativas dos investidores.	Semelhante à capitalização, porém, pode incluir demais ganhos e perdas especulativas.
Valores de mercado de ativos e passivos específicos: equivalente atual em efetivo	Baseia-se nas expectativas de terceiros. Não supõe a continuidade da empresa.	Reflete prejuízos devido à incapacidade da empresa de comprar e vender no mesmo mercado. O resultado representa o excedente dos valores de mercado acima dos custos de oportunidade como resultado de mudanças nos preços de liquidação ou venda dos ativos.
Valores de saída	Baseia-se nos preços de venda descontados dos produtos, ajustados quanto aos custos adicionais.	Semelhante a capitalização, porém, se valoriza cada ativo separadamente.
Valores de entrada (dinheiro investido): custos históricos.	Manutenção do capital monetário verificável.	Inclui somente o resultado e os ganhos e perdas realizados.
Custos Correntes.	Manutenção dos custos invertidos em função dos preços.	Exclui os ganhos e perdas monetárias da posse de ativos durante o período de mudanças de preços, porém, inclui tais ganhos e perdas da posse dos ativos adquiridos durante o exercício, tendo sido realizado ou não.

FONTE: HENDRIKSEN, 1974, P. 161

fluxo de dividendos futuros. Portanto, a eficiência da administração da empresa interessa não somente aos acionistas ordinários, mas a todos os que de uma forma ou de outra têm participações na empresa. Esta eficiência pode inclusive levar os atuais acionistas a conceder gratificações a atual administração ou, caso contrário, pode levar a uma substituição da mesma.

A eficiência ou ineficiência da direção é um dos fatores levados em consideração pelos investidores futuros ao decidirem por investir na empresa. Portanto, uma avaliação da eficiência da administração da empresa fornece uma base para se tomar decisões. Outrossim, eficiência é um termo relativo. Eficiência deve ser comparada com um objeto previamente definido. Por exemplo: maximizar o resultado ou proporcionar uma retribuição razoável sobre o valor investido.

O estudo baseado na eficiência pode ser estruturado na análise comparativa de períodos através de taxas que reflitam o desempenho da administração. As mais usuais são a taxa de retorno do investimento, taxa de retorno do investimento dos acionistas e taxa de retorno do investimento de participação total, sendo o seu uso relacionado, respectivamente, ao usuário da informação desejada.

Outra base para comparar o resultado é a quantidade total de receita do exercício, ainda que este método apresente algumas desvantagens. Por exemplo, a comparação do resultado líquido com as vendas durante vários exercícios só é válida se o potencial de utilização da capacidade instalada for o mesmo em cada exercício ou se se considera a ineficiência da gerência.

11 Conceitos em nível comportamental

11.1 Baseados na previsão

A fim de planejar o futuro e aumentar o nível de resultado, a direção de uma empresa tem que estudar os dados históricos da mesma. Sem dúvida, quase todas as decisões de credores e investidores exigem uma previsão das atribuições futuras da empresa. Um dos fatores determinantes do valor presente de uma companhia ou de uma ação dependem do fluxo futuro de distribuições aos acionistas.

O proprietário de uma ação possivelmente espera receber seu retorno sob a forma de pagamentos periódicos de dividendos, através de valorizações no preço da ação, ou ambos. O preço de mercado de uma ação reflete um valor de dividendos futuros bem como de dividendos correntes. Baseado nestas expectativas, um acionista atual pode decidir por vender ou manter suas ações. É importante salientar que as cifras dos resultados históricos podem ser o ponto de partida, mas deve-se considerar outras informações a fim de se obter a máxima capacidade da previsão.

11.2 Baseados na tomada de decisões

Os demonstrativos financeiros formais se dirigem principalmente ao usuário externo da informação.

Com base nestas informações evidenciadas é que o usuário externo toma suas decisões. A contabilidade ainda fornece informações para usos internos possibilitando a administração tomar as decisões que estes julguem necessárias. Estas decisões poderão ter reflexos tanto a curto como a longo prazo, afetando, no caso específico, os interesses dos acionistas da empresa.

Conforme evidenciado no item anterior, o acionista está preocupado com o fluxo de dividendos e/ou com a valorização de suas ações. Os efeitos das decisões presentes ou passadas da administração da empresa poderão, portanto, afetar este fluxo de dividendos ou a valorização das ações, influenciando a decisão do acionista ou investidor, atual ou potencial.

12 Reconhecimento do Resultado

Como observa Hendriksen (1982, p. 16):

Um objetivo comum da demonstração de resultado é que ela deveria ser consequência de regras e procedimentos lógicos e internamente consistentes. Admite-se que os usuários dos demonstrativos financeiros entendessem dessas regras, eles estariam aptos a interpretar o significado de resultado.

Partindo desta constatação, é que se abordarão alguns conceitos julgados pertinentes ao reconhecimento do resultado.

12.1 Prudência

A prudência requer a escolha de uma solução que apresente o melhor valor para os ativos e lucros a partir da comparação de valores igualmente relevantes. A atitude pessimista do menor valor contrabalanceia com o otimismo da gerência. Este é o princípio mais influente de avaliação na contabilidade. A prudência vem anular o argumento de ganhos próprios, pois a maioria dos contadores acredita que, por optarem por uma avaliação alternativa menos favorável, os usuários terão menor probabilidade de serem enganados. O autor (McCullers, 1982, p. 62) dá um exemplo que ilustra essa situação.

Imaginem dois indivíduos A e B, que compram 100 ações ordinárias de uma Empresa Z por \$5 por ação, em 1 de janeiro de 20X1. Suponha também que o valor das ações subiu para \$10 por ação até 31 de dezembro de 20X1 e que A vendeu as suas ações nesta data e B não as vendeu. Os princípios tradicionais de contabilidade permitem A reconhecer um ganho de \$500 enquanto B não reconhece este ganho.

Observa-se, porém, que nos últimos anos têm ocorrido pressões para que as informações sejam

12.2 Materialidade

A materialidade é um conceito muito subjetivo. Enfatiza a importância de um fato ou de um elemento particular, em relação ao objetivo do exame, as demonstrações contábeis tomadas em conjunto e ao parecer do auditor. ¹

Segundo o ARS - Accounting Research Study n.7

Um demonstrativo de fato ou item, é material se der total consideração às circunstâncias que o rodeiam, como elas existem naquele momento, e de tal natureza que suas demonstrações, ou o método de tratá-las, provavelmente a influenciará ou "fará uma diferença" no julgamento e conduta de uma pessoa razoável. (McCullers, 1982, p. 63)

- 1. características quantitativas medem grandeza;
- 2. características qualitativas medem comportamento.

Amplitude do item (maior ou menor) relativo às expectativas normais e comparação com itens similares.

mais realistas, mais relevantes (materiais), reduzindo, assim, a influência da prudência.

¹ Resolução 321/72 do Conselho Federal de Contabilidade

Importância inerente da ação, atividade ou condição refletida (inesperada, imprópria, etc.) e importância inerente de itens como um indicador do provável curso dos eventos futuros (sugestão na mudança dos negócios). Materialidade, assim vem frisar fatos que sejam relevantes, que venham interessar para cada tipo de usuário, observando a quantia envolvida (custo) e a relação custo vezes benefício.

12.3 Denominador comum monetário

É a designação de números a objetos ou eventos de acordo com regras. É também um processo de comparação para poder obter outras informações mais precisas para distinguir alternativas na hora da decisão (McCullers, 1982, p. 67). O denominador comum monetário é decorrência do caráter financeiro da contabilidade, pois representa o aspecto agregativo homogeneizado, a composição do patrimônio através da avaliação monetária. Assim, pois, o relacionamento entre devedor e credor é feito por intermédio da relação débito/crédito em moeda corrente de determinada data; com um componente de invariabilidade sempre presente, ainda que o poder aquisitivo da moeda varie entre o período do estabelecimento da relação e a data do ajuste de contas.

12.4 Realização e reconhecimento

A interpretação do conceito da realização é um ponto extremamente discutido entre os teóricos, críticos e os defensores da prática contábil. Trata-se de um impasse entre conceitos de realização e conceitos de resultado. O relatório de 1957 do "American Accounting Associations Commitee on Concepts an Standards", atribui à realização o significado de ser uma mudança em um ativo ou uma obrigação que se torne suficientemente definido e objetivo para garantir reconhecimento nas contas. Entretanto, esse conceito torna-se enfadonho para muitos membros do mesmo Comitê, em 1963, tendo em vista que a própria subjetividade do assunto não é fácil de especificar.

Normalmente os defensores da prática contábil sustentam que o ponto usual da realização do resultado é o momento da transferência ou cessão de bens e serviços, uma vez que, nesse momento existe a evidência de um valor objetivo da transação, bem como já seriam conhecidos os custos ou sacrifícios necessários à colocação desses bens ou serviços no mercado.

Entretanto, sob o ponto de vista do objetivo da contabilidade - servir ao usuário da informação - o resultado, em muitos casos, deveria ser reconhecido

antes mesmo de sua efetiva realização. Ao se apurar o resultado, haveria a necessidade de conforme defende Horngreen (1965, p. 324): *uma prova liberal de reconhecimento é uma prova rigorosa de realização*.

Reconhecimento seria, antes de tudo, um problema de decisão do que constituiria uma razoável evidência no sentido da mensuração do resultado. Por outro lado, um grau razoável de objetividade no valor das transações é necessário, mas não uma condição suficiente para a realização. Ainda sob o enfoque da contabilidade como meio de permitir aos usuários mais informações para análise dos resultados da empresa, e tendo em vista o direito da propriedade estar constantemente mudando de mãos, seria necessário um esforço para reconhecimento oportuno da mensuração das mudanças de forma a se identificar a natureza das mesmas.

Neste ponto, caberia questionar: quanto do resultado das empresas não é produto de suas operações, mas sim o resultado de mudanças no valor de um ativo significante? Essas mudanças, em geral, são fortuitas e imprevisíveis. Por essa razão, precisam ser segregadas, porquanto os demonstrativos financeiros estão para ser interpretados significativamente e decisões racionais de investimentos estão para ser baseadas nessas medidas de resultado.

12.5 Confrontação e Competência

Além da realização e do reconhecimento dos ganhos de uma empresa, outro fator essencial para o reconhecimento do resultado é a confrontação destes com os custos e despesas ocorridos no esforço de se alcançar esses ganhos. Assim, baseada na premissa de que uma empresa é um empreendimento operativo, deve a contabilidade determinar os sacrifícios incorridos durante o período corrente (da geração dos bens e serviços) e se tais sacrifícios estão produzindo rendimentos ou não.

Dependendo do objetivo do resultado, esses sacrifícios podem dividir-se em custos do bem ou serviço, ou despesas do período. Os custos do produto seriam aqueles associados direta ou indiretamente ao produto, enquanto que as despesas do período seriam aquelas mais intimamente ligadas com o espaço de tempo em que esse produto foi gerado e transacionado. Fazendo-se uma relação entre os itens já vistos, até o momento, poder-se-ia dizer que o resultado em contabilidade seria a medida da habilidade resultante da confrontação das entradas com as saídas associadas.

Há que se considerar, neste ponto, que esses fatores devem estar sendo mensurados dentro de um lapso de tempo que compreenda a periodicidade com que os relatórios sejam elaborados e apresentados.

13 Objetivo do Resultado

O objetivo fundamental da contabilidade é fornecer informações para a tomada de decisões, a usuários específicos com objetivos conhecidos e modelos particulares de decisão. Esta informação deve ser útil, confiável, oportuna, comparável, significativa e ter sua origem qualitativa e quantitativa a partir de um processo partilhado entre aquele que necessita da informação e aquele que a fornece sendo evidenciada através de relatórios próprios, caracterizando desta forma os objetivos dos Demonstrativos Financeiros.

Uma destas informações ou objetivos dos Demonstrativos Financeiros respectivamente é o "Resultado", já qualificado anteriormente na abordagem de sua natureza. Entretanto outra questão básica é saber que os principais níveis de resultado são os seguintes; "Resultado Agregado, Resultado Líquido da Empresa, Resultado Líquido para os Credores, Resultado Líquido para os Acionistas e Resultado Líquido dos Proprietários." (McCullers, 1982, p. 72).

13.1 Resultado agregado

A este conceito reúnem-se os interesses de todos os proprietários, credores, empregados e governo.

No sentido social e a partir do conceito econômico, o valor agregado é atribuído à produção da empresa menos o valor dos bens e serviços adquirido por transferência de outras empresas (Hendriksen, 1982, p. 163). Em resumo, o custo dos fatores da produção (transformação de matéria-prima) o resultado agregado é obtido a partir do preço de venda menos este custo.

Quando resultados são retidos e, por sua vez, benefícios são acumulados, supõe-se a continuidade da empresa que, através de sua capacidade produtiva, pode trazer maiores fluxos de resultados futuros beneficiando a todos. Todavia, há de se salientar que existe uma hierarquia na distribuição de resultados.

13.2 Resultado líquido da empresa

Sob dois aspectos principais, financeiro e operacional, este conceito distingue o resultado para os acionistas, investidores e governo. Segundo a American Association of Accounts, os ônus financeiros, os impostos sobre o resultado e as distribuições de participações nos resultados não são determinantes do resultado líquido da empresa (Hendriksen, 1982, pp. 163-164), isto é, são distribuições e não deduções, que, embora não sendo determinantes, podem influenciar a formação de resultados futuros.

Para os credores e acionistas, os seus interesses estão voltados para o aspecto financeiro, dividendos e juros. Já o governo está voltado para o aspecto operacional onde o imposto sob resultado é excluído do cálculo de renda líquida porque representa um custo não controlável.

O resultado líquido de uma empresa é determinado somente pelo aspecto operacional e todas as atividades de financiamento e outros pagamentos necessários às operações da empresa são vistos como um retorno de investimento em vez de gasto. Sob este conceito, resultado menos todos os gastos, excluindo imposto de renda e juros, dá o número da renda líquida... (McCullers, 1982, p. 73).

Em outras palavras, o resultado da empresa é aquele originário do resultado agregado menos gastos do período, excluindo imposto de renda e despesas financeiras.

13.3 Resultado líquido para os credores

Sinteticamente o resultado líquido para os credores é o mesmo da empresa só que depois de deduzido o imposto de renda, no qual o governo não é visto como recebedor do resultado e o imposto é tratado como gasto. Sob esse aspecto interessa ao credor a manutenção da atividade futura da empresa, contudo também é importante a taxa de retorno do investimento obtida pela razão entre resultado líquido sobre seu capital investido.

Para o conceito da comparabilidade são mais relevantes os resultados operacionais devido às diferentes estruturas financeiras de cada empresa.

13.4 Resultado líquido para os acionistas

O conceito de resultado líquido para acionistas é aquele obtido do resultado líquido dos credores menos os ônus financeiros. É um dos conceitos mais visados, pois retrata o lucro por ação e a partir deste resultado são definidos os dividendos.

13.5 Resultado líquido dos proprietários

É o último resultado a ser obtido neste processo dedutivo. Este representa a diferença do resultado líquido dos acionistas menos os dividendos.

Este resultado líquido é do interesse do proprietário, acionista ordinário atual. A este preocupa o fluxo futuro de dividendos através da atividade operativa da empresa. Dentro desta ótica normalmente são distribuídos somente partes destes dividendos ficando o saldo incorporado ao capital. A partir deste resultado e da política financeira da empresa, obtêm-se informações úteis da evolução dos negócios e se podem fazer previsões sobre a distribuição de dividendos futuros.

Esquematicamente (McCullers, 1982, p. 74) apresenta em forma dedutiva os conceitos de resultados e respectivos recebedores:

Preço do Produto (Venda)

- () Custo dos Produtos
- = Resultado Agregado
- () Despesas Operacionais
- = Resultado Líquido da Empresa
- () Imposto de Renda
- = Resultado Líquido para os Credores
- () Ônus Financeiros
- = Resultado Líquido para os Acionistas
- () Dividendos
- = Resultado Líquido dos Proprietários

A informação dos resultados de uma gestão em seus níveis próprios possui informações que atendem diferentes propósitos dos principais usuários. Também são usados como medida de eficiência de administradores que, adicionados a aspectos históricos, auxiliam as previsões do curso futuro do negócio e é variável importante na análise da evolução patrimonial.

14 A distribuição dos dividendos relacionada à manutenção do capital da empresa

Uma empresa, no horizonte do tempo, mesmo que não tenha alterado nem em parte sua atividade, deve ter como objetivo a manutenção do capital em termos monetários corrigidos. A Contabilidade, porém, tem a responsabilidade de apurar o resultado a cada período da existência da empresa, ocorrendo, também, com esta mesma freqüência a decisão quanto à destinação do resultado, se este for positivo. E para a tomada desta decisão, admitindo-se que a empresa esteja em continuidade e não tenha intenção de se afastar da atividade básica no momento, o lucro só deverá ser considerado possível de distribuição após haver a manutenção da Capacidade Física da empresa. Dessa forma, esta irá se constituir um limite e o lucro só poderá ser distribuído na parcela excedente a esta. Este raciocínio prevalece quando o valor da capacidade física a ser mantida for superior ao capital monetário corrigido. Se for inferior a este, a análise deve ser realizada com cautela, predominando o valor relativo ao capital monetário corrigido. A distribuição do lucro acima do capital em termos monetários corrigidos iria representar uma restituição do capital investido. A compatibilização dos dois conceitos faz-se, destarte, necessária, não devendo haver o enfoque exclusivo no conceito de capital em termos físicos.

Uma outra questão necessária de ser abordada consiste na distinção entre o conceito de manutenção da Capacidade Física e os aspectos de Expansão e Contratação da Capacidade. O lucro que deve ser calculado para distribuição deve ser correspondente à parcela que pode ser distribuída, desde que se tenha, ao término do período, o que se tinha no início.

Se a empresa pretende ampliar o número de seus ativos ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade superior, irá haver um acréscimo da capacidade em relação à existente no início, ou seja, uma Expansão da Capacidade. Esta pode ser financiada através da retenção de uma parcela do lucro ou por outras formas, como Financiamento de Terceiros ou novas subscrições de Capital. Na retenção do lucro haverá a conservação de uma parcela que não tem necessidade de ser mantida para a preservação do Capital físico inicial.

Se a empresa pretende reduzir a sua capacidade ou efetuar a reposição dos ativos por outros de qualidade inferior, irá haver uma concentração da capacidade devendo ser observada a questão da manutenção do Capital monetário corrigido. Esta análise deve ser conjugada com o conceito de Custo de Oportunidade.

15.1 Lucro como excesso ao custo de oportunidade

Quando se fala em incremento patrimonial gerado pelos lucros oriundos da operação de uma empresa, deve-se considerar o conceito de Custo de Oportunidade. O retorno sobre o valor investido pelo acionista em uma empresa deve ser calculado mantendo-se o capital físico ou monetário, comparado com o lucro descontado da remuneração sacrificada, quando se optou por investir na empresa em detrimento de outro investimento igualmente válido.

16 Regime de competência X fluxo de caixa

Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa não são alternativos, mas sim, complementos. O regime de competência é a distribuição lógica e racional, ao longo do tempo, do Fluxo de Caixa da Empresa.

A mensuração do acréscimo patrimonial independe da geração de caixa. Este espaço é imprescindível para a utilização do lucro para pagamentos de dividendo e/ou participações. No processo de reconhecimento do lucro, é necessário a Disponibilidade Virtual da Receita, ou seja, a

capacidade de transformá-lo em dinheiro. Uma análise complementar consiste na Conciliação dos Fluxos de Resultado e Caixa.

17 Outros fatores a serem ponderados

Quando se fala nos benefícios que uma empresa pode gerar aos acionistas, consideram-se os lucros futuros a serem obtidos. Porém, outros benefícios devem ser ponderados, pois podem justificar a existência ou não de uma empresa, como por exemplo: Benefícios Políticos - estes podem ser fundamentais para a projeção pessoal do acionista ou do grupo como um todo.

Apoio a outras empresas do grupo - Este benefício pode justificar a manutenção de uma empresa deficitária, pois esta, ao ser analisada no conjunto com as demais, propicia um incremento patrimonial ao grupo superior à hipótese da sua não existência. Esta hipótese inclusive (atenção, falta um verbo aqui) a estratégia de Planejamento Tributário.

É importante haver a conscientização de que o Lucro Contábil não se constitui o único indicador de sucesso de uma empresa. É preciso introduzir no sistema de mensuração outras variáveis como, por exemplo, Inovações Tecnológicas, Qualidade dos Produtos, satisfação da clientela e treinamento de empregados.

18 Conclusão

Para a contabilidade atingir seus objetivos, no que se refere à mensuração do resultado para o controle e avaliação de estratégias, torna-se imperativo atender os diferentes interesses dos usuários dos demonstrativos financeiros. Esta ênfase é dada a partir da própria conceituação de resultado, não esquecendo a direta relação com a definição do que seja capital, vez que, em geral, o resultado, em alguma época, é capital. Neste problema conceitual, está presente a premissa de que resultado é definido de acordo com o interesse de cada usuário.

Com o objetivo de manter a exigida neutralidade, tornou-se necessária à estipulação de regras e procedimentos que orientem a apuração do resultado, buscando principalmente mais objetividade e uniformidade. Por ser destinada a atender a interesses divergentes, a demonstração deve ser elaborada de forma a contemplar o máximo possível de definições prescritas por seus usuários. Contudo, as regras contábeis necessitam de transformações radicais e imediatas. É nesse ponto que o sistema deverá buscar modificações profundas. Esse é o desafio a ser superado. Na verdade, a questão passa pela modernidade.

A Contabilidade, corroída pelo célere processo de desenvolvimento dos negócios, tornou-se incapaz de

acompanhar e traduzir o ritmo das corporações. Mostrou-se vagarosa, perdeu a capacidade de refletir as mudanças no ambiente empresarial, em que políticas arrojadas adotadas pelos executivos carecem de uma divulgação mais adequada. A atividade contábil não se atualizou nas mais variadas formas de fazer e conduzir os negócios. Por isso, exige-se a perfeita sintonia do complexo e ágil mundo corporativo com as práticas contábeis.

Os critérios de preparação de relatórios financeiros devem ser modernizados a fim de cumprir o seu objetivo perante o público. Esses precisam ser mais transparentes e mais inteligíveis. Deve-se exterminar com a flexibilidade, pois é por esse caminho de excesso de flexibilização que trafegam as informações obscuras ou complexas demais, escapando ao conhecimento dos usuários interessados naqueles relatórios informativos. Em assim fazendo, a contabilidade cumprirá o seu papel fundamental e insubstituível de informar correta e suficientemente aos investidores, credores e, principalmente, aos acionistas minoritários, normalmente os mais prejudicados na cadeia, para o controle e avaliação de estratégias.

Referências bibliográficas

HENDRIKSEN, E. S. (1982). Accounting Theory. 4. ed. Illinois: Richard D. Irwin. Inc.

_____. (1974). Teoria de la Contabilidad. México: U.T.E.H.A.

HICKS, J. R. (1939). Value and capital. New York: Oxford University Press.

HORIGREEN, C. T. (1965). "How Should we Interpret The Realization Concept?". Accounting Review, April.

IUDICIBUS, S. de; MARTINS, E. (1978). "Contabilidade e Flutuações de Preços – Resumo de Abordagem e Proposição de Solução". In: Revista Brasileira de Contabilidade. Nº 24, Brasília: CFC.

McCULLERS, Levis D.; SCHROEDER, Richard G. (1982). Accounting theory - text and readings. John Wiley & Sons. Inc.

MOST, K. S. (1982). Accounting Theory. 2. ed. Columbus, Ohio: Grid. Publishing, Inc.

FESS, Philip E. - "The Capital Concept". In: The Accounting Review, April, 1966, pp. 226-70.

JOHNSON, G. L. (1965). "The Monetary and non Monetary Distingtion". In: The Accounting Review, October, pp. 821-3.

NISWONGER, C. R.; FESS, P. E. (1980). Princípios de Contabilidade. trad. Arthur Andersen & Co. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.

SMITH, A. (1983). A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 765p.